

pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Câmara Municipal do Bombarral;
 Assembleia Municipal do Bombarral;
 Câmara Municipal do Cadaval;
 Câmara Municipal das Caldas da Rainha;
 Câmara Municipal da Lourinhã;
 Câmara Municipal de Óbidos;
 Autoridade Nacional de Proteção Civil;
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP;
 Agência Portuguesa do Ambiente, IP;
 Agência para a Competitividade e Inovação, IP;
 Turismo de Portugal, IP;
 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
 Infraestruturas de Portugal, SA;
 Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
 Direção-Geral do Património Cultural.

28 de maio de 2018. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

311385477

Despacho n.º 5663/2018

O Regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados — RGPD) prevê, no seu artigo 37.º, que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais designe um encarregado da proteção de dados, sempre que, designadamente, o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 37.º do RGPD, designo como Encarregado da Proteção de Dados da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o Dr. Nuno Filipe Lopes Casas Novas, Chefe de Divisão de Documentação e Recursos Informáticos, por reconhecidamente deter as qualidades profissionais e as aptidões necessárias ao desempenho das inerentes funções.

24 de maio de 2018. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

311385509

Despacho n.º 5664/2018

O Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro, aprovou o novo Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social.

Este decreto-lei prevê a criação, junto de cada Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, de uma Comissão de Acompanhamento dos Regimes de Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social.

A referida Comissão de Acompanhamento tem as competências descritas no n.º 3 do artigo 16.º do mesmo diploma legal.

O Decreto-Lei n.º 27/2017, de 10 de março transfere as atribuições e competências da Agência, I. P., no que respeita aos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, para o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, órgão sob a dependência do Ministério da Cultura.

Nesta sequência, importa atualizar os membros designados para representar a Comissão de Acompanhamento dos Regimes de Incentivo à leitura de Publicações Periódicas e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social, cuja composição passa a ser a seguinte:

a) O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, licenciado José Pedro Barroso Dias Neto, que preside;

b) Em representação do membro do Governo responsável pela área das finanças, a dirigente intermédia de 2.º grau da Direção-Geral do Orçamento, licenciada Susana Melo, na qualidade de vogal efetivo;

c) Em representação do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional, a dirigente intermédia de 2.º grau da Agência, I. P., licenciada Paula Margarida Santos Ferreira Vicente, na qualidade de vogal efetivo;

d) Em representação da área da comunicação social do Ministério da Cultura, o técnico superior da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, licenciado José Lino Craveiro, na qualidade de vogal efetivo;

e) Em representação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, o dirigente intermédio de 1.º grau, mestre Nuno Estanqueiro Dias, na qualidade de vogal efetivo, ou o técnico superior do mesmo Gabinete, licenciado Sérgio Saraiva Rodrigues;

f) Em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da Assembleia Municipal do Seixal, licenciado Alfredo Monteiro, na qualidade de vogal efetivo;

g) Em representação de associação representativa das empresas jornalísticas de âmbito regional ou local:

Associação Portuguesa de Imprensa (API) — licenciada Joana Emídio, na qualidade de vogal efetiva;

Associação Nacional de Imprensa Regional (ANIR) — licenciado Eduardo Costa, na qualidade de vogal efetivo, ou Maria do Carmo Bica, na qualidade de vogal suplente.

h) Em representação de associação representativa das empresas de radiodifusão de âmbito local — Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) — Pedro Tojal, na qualidade de vogal efetivo, ou Pedro Lopes, na qualidade de vogal suplente;

i) Em representação de associação representativa de órgãos de comunicação social que operam em suportes não mencionados nas alíneas g) e h) do presente Despacho:

Associação de Imprensa de Inspiração Cristã (AIRC) — licenciado Paulo Alexandre Ribeiro da Silva, na qualidade de vogal efetivo, ou o licenciado Fernando Miguel Pereira da Silva, na qualidade de vogal suplente;

Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) — Nuno Cruz Inácio, na qualidade de vogal efetivo, ou Paulo Costa Ferreira, na qualidade de vogal suplente.

Os membros da Comissão de acompanhamento não são remunerados. O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação.

25 de maio de 2018. — O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto*.

311384391

ECONOMIA

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 7623/2018

Faz-se público, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, a extinção por caducidade do contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Sn, Au, Ag, Cu, Zn, Pb, As, Sb, W numa área situada nos concelhos de Gondomar, Trofa, Paços de Ferreira, Paredes, Santo Tirso, Valongo e Vila Nova de Famalicão, com o número de cadastro MN/PP/015/13 denominada por “Valongo”, celebrado a 22/07/2013 com a Klondike Gold Corp Portugal, cujo extrato n.º 591/2013 através de Aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189 de 1 de outubro de 2013.

O presente aviso está também disponível na página eletrónica desta Direção-Geral.

5 de janeiro de 2018. — O Diretor-Geral, *Mário Guedes*.

311042676

Aviso n.º 7624/2018

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Calculbenefit Consultadoria, L.ª, requereu a celebração de contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino, para uma área denominada “Barregão”, localizada nas freguesias de Sepins e Bolho, do concelho de Cantanhede e freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, do concelho da Mealhada, ficando a corresponder-lhe uma área de 2,721 km², delimitada

pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

| Vértice | X (m) | Y (m) |
|----------|------------|----------|
| 1 | - 32497,20 | 83489,67 |
| 2 | - 31648,52 | 83582,58 |
| 3 | - 31685,92 | 82335,72 |
| 4 | - 31293,16 | 81924,27 |
| 5 | - 30887,93 | 81930,50 |
| 6 | - 30457,76 | 81450,47 |
| 7 | - 30332,58 | 80879,24 |
| 8 | - 30892,54 | 80998,91 |
| 9 | - 32039,54 | 80711,99 |
| 10 | - 32159,72 | 82279,61 |

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente, a apresentar por escrito:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas;
- Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av. 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

17 de abril de 2018. — O Diretor-Geral, *Mário Guedes*.

311283854

AMBIENTE

Secretaria-Geral

Despacho n.º 5665/2018

Nos termos ao abrigo do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, dou por finda a comissão de serviço do mestre Licínio Gabriel dos Santos Furtado Pereira, a seu pedido, no cargo de chefe de divisão do Gabinete de Sistemas de Informação desta Secretaria-Geral, com efeitos a 18 de maio de 2018.

24 de maio de 2018. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.

311376575

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso n.º 7625/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 99.º-A da LTFP, na atual redação, por despacho de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Habitação e com o parecer favorável de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi autorizada a consolidação do acordo de cedência de interesse público do técnico superior João Pedro Benamor Lopes Ferreira Murteira, no mapa de pessoal deste Instituto, com efeitos a 01-01-2018, ficando o trabalhador na posição remuneratória virtual, situada entre a 6.ª e a 7.ª posições, a que corresponde nível remuneratório entre o 31 e o 35 da tabela remuneratória única (TRU).

7 de maio de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alexandra Parada Barbosa*.

311336025

Aviso n.º 7626/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, de acordo com

o disposto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 99.º-A, da LTFP, na atual redação, por despacho de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Habitação e com o parecer favorável de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi autorizada a consolidação da mobilidade intercarreiras, no mapa de pessoal deste Instituto, dos seguintes trabalhadores:

José Joaquim dos Santos Vicente, na carreira e categoria de Assistente Técnico, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Elsa Maria Correia Dominguez, na carreira e categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da TRU, com efeitos a 01-01-2018;

Fortunata Noémia Pessoa Coelho, na carreira e categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Isaura Rosa Pereira Malagueira, na carreira e categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da TRU, com efeitos a 01-01-2018;

José Maria Pereira de Oliveira na carreira e categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da TRU, com efeitos a 01-01-2018;

Lúis Manuel Durão Amado, na carreira e categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da TRU, com efeitos a 01-01-2018;

Palmira Adelaide Lopes da Silva Torres, na carreira e categoria de Técnico Superior, 3.ª posição remuneratória, nível 19, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Paulo Manuel Mesquita Leite, na carreira e categoria de Técnico Superior, 3.ª posição remuneratória, nível 19, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Raquel da Silva Nunes Pereira, na carreira e categoria de Técnico Superior, 3.ª posição remuneratória, nível 19, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Teresa Maria da Costa Antunes, na carreira e categoria de Técnico Superior, 4.ª posição remuneratória, nível 23, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Gabriela Maria Caldas Pereira Brito Teixeira, na carreira e categoria de Técnico Superior, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da TRU, com efeitos a 30-06-2017;

Vítor Manuel Lopes Graça, na carreira e categoria de Técnico Superior, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da TRU, com efeitos a 30-06-2017.

7 de maio de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alexandra Parada Barbosa*.

311335986

Despacho n.º 5666/2018

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e do n.º 2 do despacho do Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, I. P., arquiteto Luís Maria Vieira Pereira Roxo Gonçalves, n.º 3206/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março de 2018, subdelego no licenciado Paulo Jorge Alves dos Reis, Coordenador do Departamento de Gestão de Solos do Sul (DGSS), a competência para dirigir o DGSS e praticar todos os atos de gestão corrente dessa unidade orgânica, incluindo assinar a correspondência, bem como a competência para:

a) Autorizar e praticar todos os atos necessários à realização de quaisquer despesas relativas ao funcionamento da respetiva unidade orgânica, incluindo as despesas e os pagamentos com locação e aquisição de bens móveis e de serviços e o correspondente procedimento de contratação e execução, bem como a renovação e a atualização de preços nos termos contratados, até ao valor de 2.500 euros;

b) Autorizar o pagamento, pelo valor global ou em parcelas, de quaisquer despesas previamente autorizadas pelo órgão competente para a sua realização;